

A análise de Sistema-Mundo sobre a Revolução Burguesa no Brasil: contribuições e limites¹

The World-System analysis on the Bourgeois Revolution in Brazil: contributions and limits

Tiago Camarinha Lopes | tiagocamarinhalopes@gmail.com
Doutorando em economia pela Universidade Federal de Uberlândia, Professor da Universidade Federal de Goiás.

Niemeyer Almeida Filho | nafilho@ufu.br
Professor Titular do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia e professor permanente do Programa de Pós-graduação em Economia e do Programa de Relações Internacionais do mesmo instituto.

Recebimento do artigo Julho de 2013 | **Aceite** Setembro de 2013

Resumo O artigo pretende explicitar em que medida a Análise de Sistema-Mundo contribui para a discussão sobre a revolução burguesa no Brasil. A partir da apresentação da controvérsia sobre os modos de produção da economia brasileira pré-capitalista, dois objetivos são perseguidos: primeiro, mostrar que a solução teórica para tal debate encontra suporte na Teoria do Sistema-Mundo e segundo, indicar que, apesar desse avanço abstrato, a controvérsia permanece no âmbito prático, pois ela não é apenas uma questão metodológica, mas também política. **Palavras-chave** sistema-mundo, modo de produção, revolução capitalista, materialismo histórico

Abstract This paper aims at revealing how the World-System analysis contributes to the discussion about the capitalist revolution in Brazil. After presenting the controversy about the modes of production of the pre-capitalist Brazilian economy, the article follows two objectives. First, the aim is to show that the theoretical solution to this debate has support from the World-System analysis and second, it indicates that, in spite of this abstract progress, the controversy remains at the practical level, because it is not only a methodological question, but also a political one. **Key-words** world-system, mode of production, capitalist revolution, historical materialism

1 Esta é uma versão revisada do trabalho apresentado no V Colóquio em Economia Política dos Sistemas-Mundo em Campinas em 2011. Agradecemos as sugestões do parecerista anônimo da OIKOS e lembramos que todo o texto é de nossa responsabilidade. Contato: tiagocamarinhalopes@gmail.com.

1. Introdução

O debate sobre o caráter exato da revolução burguesa no Brasil, ou mais especificamente, a maneira pela qual o modo de produção capitalista ascendeu no território brasileiro, esconde dilemas que ainda não foram completamente solucionados.² Se por um lado, é consenso que a formação do Estado capitalista no Brasil foi um processo longo e sem viradas bruscas, por outro, a controvérsia permanece em um ponto específico: aquele que busca classificar o modo de produção no Brasil “pré-capitalista”. A questão em geral nos termos originais era sobre a existência de um modo de produção determinado no Brasil que engendrou a formação do capitalismo brasileiro, ou seja, se houve uma organização econômica não capitalista ou se a economia brasileira anterior às transformações de 1930 já operava na lógica do modo de produção capitalista. Apesar de a questão parecer ser inequívoca, ela engendra uma grande dificuldade devido ao fato de se querer associar sem mediações adequadas um modo de produção ideal abstrato a certa economia nacional concreta.

A análise do modo de produção do capital empreendida por Karl Marx explicitou a divisão analítica entre o lógico e o histórico na assimilação da dinâmica de organização social para reprodução material ao longo da história. Isto ajudou a perceber que os estudos de sociedades que são subconjuntos da humanidade devem levar em consideração os aspectos determinantes gerais e específicos. Sabe-se que níveis históricos diferentes se sobrepõem durante a formação do modo de produção do capital. O fato de haver formas sociais novas (expressas na crescente importância do capital comercial na metrópole) e antigas (visíveis no emprego de mão de obra escrava nas colônias e mesmo nas formas de reprodução econômica tradicionais) agindo sobre a formação econômica e histórica do Brasil cria grandes desafios para o economista e historiador. Por esse motivo, ao invés desse enfoque classificatório da economia real em algum modo de produção descrito em teoria pura, seria aconselhável adotar um enfoque mais adequado ao procedimento de mediação entre o abstrato e o concreto.

Em linha com esse raciocínio é argumentado que o capitalismo só pode ser concebido como modo de produção global mesmo nos casos em que o analista se preocupa com uma formação econômica delimitada. Desse modo, não se considera os países ou economias nacionais isoladamente na hora de analisar a formação e generalização das relações sociais mercantis, mas sim em seu conjunto, já que na prática, elas compõem a mesma economia nascente, a economia capitalista. Essa perspectiva se assemelha à abordagem dos sistemas-mundo enquanto interpretação histórica do capitalismo e que se desenvolveu a partir dos trabalhos de Gunder Frank (1967), Immanuel Wallerstein (1979) e Arrighi (1994).

No entanto, ainda que a análise de sistemas-mundo resolva teoricamente o assunto, o debate per-

2 Por questões de organização da história do pensamento, é possível situar o debate mencionado a partir da organização das interpretações do Brasil apresentada por Bresser-Pereira (1982). Aqui, a controvérsia pode ser identificada como o diálogo existente entre as duas principais correntes interpretativas da esquerda durante o processo de industrialização: a nacional-burguesa dos anos 1940 e 1950, representada pelo PCB, pelos componentes do ISEB e parcialmente pela CEPAL e as várias vertentes de oposição à interpretação autoritária modernizante (de sustentação do regime militar) que se desenvolveram nos anos 1960 e 1970. Tudo gira em torno da tentativa de se posicionar àquela interpretação inicial fortemente influenciada pelo marxismo ortodoxo de que seria possível no Brasil obter uma aliança burguesia-proletariado para atingir um capitalismo desenvolvido.

manece segundo Sodré ([1989] 2010) porque a problemática dos modos de produção no Brasil não seria meramente uma questão formal ou acadêmica, mas essencialmente política. A controvérsia derivaria em parte de posições políticas distintas e teria implicações importantes para a formulação de táticas de revolução. Este aspecto político, não metodológico, da controvérsia é o mais importante na hora da re-consideração do debate sobre a formação do capitalismo brasileiro.

O artigo combina a análise de sistemas-mundo com a análise de Nelson Werneck Sodré sobre a revolução burguesa no Brasil para atingir dois objetivos: mostrar que a solução teórica para a controvérsia sobre os modos de produção no Brasil encontra suporte na perspectiva de sistemas-mundo e indicar que, apesar da controvérsia poder ser solucionada em teoria, ela permanece devido ao fato de não ser apenas uma questão metodológica, mas também política. O resultado final é que, se a intenção for abranger ambos os aspectos da atividade científica, ou seja, o lado teórico e o prático, a análise dos sistemas mundo precisa, de um lado, ser classificada como enfática no aspecto descritivo, e de outro, receber apoio em sua crítica às análises de relações internacionais que justificam o status quo internacional³. Neste sentido, a análise de Sistemas-Mundo deve ser vista como uma vertente crítica que pode funcionar como porta de entrada dos estudantes desta área para o campo científico de plano e ação de acordo com os interesses dos que trabalham assalariadamente.

2. A controvérsia sobre a Revolução Burguesa no Brasil

Com as transformações graduais da estrutura produtiva brasileira, visíveis já ao longo dos anos 1920, vieram os sinais de esgotamentos da Primeira República do Brasil. A formação das unidades típicas do que posteriormente viria a ser o setor industrial colocava a sustentação daquele Estado em cheque. A passagem da chamada República Velha para Era Vargas é um episódio de transformações históricas decisivas que determina em grande medida o caráter próprio do Estado brasileiro tipicamente capitalista. A partir de uma visão mais abrangente, este momento faz parte daquele processo designado como revolução burguesa brasileira e que é fundamental para a compreensão da formação da economia brasileira contemporânea.

As características do Brasil de hoje são resultados dessas transformações que fizeram da colônia uma economia capitalista. Na análise histórica de Marx sobre a formação do modo de produção do capital, a centralidade plena das relações mercantis é o resultado de um longo processo que constitui o trabalho assalariado como forma predominante do trabalho social. A transição da sociedade pré-capitalista para o capitalismo foi estudada por Marx da perspectiva da Europa ocidental, ou seja, a partir da consolidação do modo de produção capitalista nesta parte do globo. O fato de o capitalismo ter se firmado pela primeira

3 A apresentação de Voigt (2007), por exemplo, deve, nessa linha estratégica, ser difundida nos cursos de relações internacionais que vêm se expandindo no Brasil como maneira de clarificar as distintas escolas no campo de RI. O apoio crítico serve como passo inicial para incentivar uma atividade intelectual mais próxima da práxis.

vez na história justamente neste continente é corroborado pela Revolução Industrial Originária, que abre a possibilidade do modo de produção em questão se desenvolver finalmente em plenitude. As circunstâncias que fizeram com que o capitalismo aflorasse justamente no continente europeu fazem com que os historiadores estudando a transição de formas pré-capitalistas para a sociedade capitalista adotem em geral uma perspectiva eurocêntrica.

Mas, como a mesma ordem econômica começa a partir de então a se alastrar pelos outros cantos do mundo, torna-se necessário estudar como as regiões inicialmente periféricas entram no capitalismo. Para tanto, é preciso ressaltar as diferenças dessas regiões em relação ao processo de transição clássica, que pode ser pensado como sendo a revolução burguesa tradicional.

As dificuldades dessa atividade são consideráveis. No Brasil, o debate sobre as características precisas da formação do Estado capitalista prossegue, visto que novas interpretações surgem como maneira de descobrir as falhas da interpretação marxista ortodoxa e que era a visão prevalecente da esquerda intelectual nos anos 1940 e 1950⁴. Sabe-se que a revolução burguesa no Brasil ocorreu ao longo de um processo extenso, que encadeia episódios de pequenos avanços. Por essa razão, existe unanimidade entre os estudiosos de que a iniciação do capitalismo no Brasil não se deu por meio de uma transformação pontual, como na Revolução Francesa em 1789, mas por um conjunto de mudanças que parece ter enorme dificuldade de ser concluído⁵.

Por outro lado, é possível focar na passagem da Primeira República para a Era Vargas como maneira de ilustrar o momento histórico da revolução burguesa no Brasil. Com segurança, a virada de 1930 que terminou com a República Velha parece incorporar e decidir o movimento em direção à sociedade capitalista e urbana, ainda que muitas dificuldades coloquem entraves a superação derradeira do modelo de economia agro-exportadora típico da colônia.

No Prefácio para a Crítica da Economia Política, Marx ([1859] 1971) chegou à conclusão de que o nível de desenvolvimento das forças produtivas delimitava as possibilidades de organização das relações sociais de produção e distribuição. Em outras palavras, uma sociedade com instrumentos escassos e ação sobre a natureza altamente limitada tinha uma estrutura social e ideológica conforme, e por isso, no passado, a ciência não podia ser utilizada plenamente como força produtiva. Os desenvolvimentos e incrementos disso que viria a ser a concepção materialista da história acabaram resumindo a história da civilização a uma sucessão de etapas, ou de modos de produção, que se diferenciavam de acordo com o

4 De acordo com Bresser-Pereira (1982), faziam parte da intelectualidade da esquerda dos anos 1940 e 1950, Hélio Jaguaribe, Ignácio Rangel, Alberto Guerreiro Ramos, Roland Corbisier, Cândido Mendes de Almeida, Álvaro Vieira Pinto e Edwaldo Correa Lima, Nelson Werneck Sodré, Celso Furtado e Caio Prado Jr.   importante ressaltar que embora partilhem vários aspectos em comum, cada autor tem suas especificidades que devem ser levadas em conta se o objetivo for fazer um estudo acurado sobre o pensamento econômico e histórico brasileiro. Aqui, vale lembrar que as novas interpreta es a partir dos anos 1960 ressaltam as particularidades dos autores e explicitam a busca por um "acerto de contas" com a visão prevalecente nos anos 1940 e 1950.

5 Para interpreta es clássicas da "revolu o-restaura o" no Brasil, ver, por exemplo, Fernandes (2006) e Oliveira (1981). Sobre a controvérsia e o posicionamento de alguns autores, ver: Bandeira (2005). Para uma introdu o mais ampla do debate sobre modos de produ o no Brasil, ver: Figueiredo (2004).

nível de domínio que a sociedade tinha sobre a natureza.

Nesse contexto, foi descoberto, e por Marx adequadamente explicado e teorizado, que o modo de produção do capital surgira de uma composição social mais antiga. Como Figueiredo (2004) destaca corretamente, a noção da história da civilização como um processo progressivo que parte da sociedade primitiva, passa por etapas intermediárias e chega ao capitalismo é hoje amplamente difundido pelo ensino básico de história. No caso da Europa, essa configuração precedente era facilmente identificada com o feudalismo e os anos escuros da Idade Média.

O problema que surge neste instante é o seguinte: como hoje, o capitalismo abarca todo o globo, é necessário explicar a forma específica de transição para o capitalismo destas áreas que não tiveram o feudalismo europeu como forma social anterior. Por isso, a tarefa consiste em utilizar a matriz teórica por trás da análise da revolução burguesa clássica para dar conta da revolução capitalista fora da Europa. Bandeira (2005), por exemplo, lembra que na Rússia esse problema ocupou um espaço importante na agenda dos estudiosos locais. Como aqui o enfoque é no Brasil, o desafio consiste em explicar como a formação do Estado brasileiro se relaciona com a constituição de relações sociais de produção especificamente capitalistas neste território. Assim está posta, em termos abstratos, a questão sobre a revolução burguesa no Brasil.

Concretizando a problemática, o dilema poderia ser resumido assim: quando o território brasileiro é anexado ao sistema mundial por meio dos grandes descobrimentos nos séculos XV e XVI, o capital comercial já exercia uma função altamente relevante na determinação das ações do Estado português. Da mesma maneira para as demais colônias e suas respectivas metrópoles. Assim, enquanto a acumulação primitiva ocorria por meio do sistema colonial, o antigo modo de produção feudal era dissolvido por completo. A lógica econômica da inter-relação entre colônia e metrópole, como se sabe, se insere no âmbito mais amplo do mercantilismo, cuja expressão política concreta era a acumulação de metais preciosos. Esse movimento revela que o sistema atende um objetivo bastante claro, que é o aumento da riqueza disponível para o recém-formado Estado nacional garantido pelo exclusivo metropolitano. Esse acúmulo de metais indica que os esforços empregados no comércio marítimo visam lucro, e que estão, portanto de acordo com a lógica de valorização do capital.

Por este motivo o nascimento das colônias de exploração está inteiramente subordinado ao processo nuclear do capital, que é o aumento de valor. Nesse sentido tem-se a impressão de que a economia do Brasil é capitalista desde o início. Se considerarmos que o próprio trabalho escravo estava conectado ao sistema mundial, podemos inferir que ele existia somente para cumprir sua parte no processo de acumulação de capital que culminará na Revolução Industrial. Com efeito, a determinação precisa de quando o capital surge na história esconde complicações que devem ser tratadas com cuidado. Ainda que o capital, isoladamente, exista antes do capitalismo, por exemplo, na forma de capital comercial e capital usurário na própria sociedade feudal, em geral, o dinheiro só virava capital em condições avulsas.

Mas a possibilidade da conversão de dinheiro em capital está posta já nas sociedades cujos produtos começam a se confundir com mercadoria, e isto ocorre muito antes de qualquer capitalismo. Há sempre de se distinguir a conceituação lógico-teórica de capital de sua consolidação como modo de produção, ou seja, da análise histórica. Apesar de capital ser uma relação possível de ser encontrada isoladamente nos confins da história, o capitalismo, ou o modo de produção do capital, só existe de fato recentemente, quando esta relação se torna o centro de toda dinâmica econômico-social.

Portanto, por um lado, existe um forte indício de que as determinações globais já descrevem o

funcionamento do modo de produção capitalista. Mas, por outro lado, as relações sociais de produção entre os indivíduos nas colônias de economia agrário-exportadora eram determinadas fora do mercado de trabalho, porque este não é predominante assalariado, mas escravo. Isso causa problemas, pois as formas do trabalho social nas diferentes localidades do mundo são distintas, embora essas economias nacionais façam parte de um mesmo sistema. Assim, se olharmos apenas para dentro da colônia, veremos um sistema pré-capitalista de produção, já que esta sociedade é caracterizada por relações típicas de dominação via tradição. Agora, observando o Brasil em conjunto com a metrópole, percebemos que esta economia específica faz parte de um sistema mais amplo. Ela faz parte do sistema capitalista enquanto modo de produção global. Em termos mais concretos, esse é o núcleo da controvérsia sobre modos de produção e a formação da economia brasileira.

O início do debate se confunde com os esforços de pensadores que buscaram caracterizar o Brasil antes mesmo da divulgação do materialismo histórico no país. Entre os autores mais destacados que participaram dessa fase inicial estão Euclides da Cunha, Gilberto Freire e Sérgio Buarque de Holanda. Neste momento, como a metodologia não segue um padrão, cada análise focaliza aspectos particulares da totalidade brasileira. Os avanços aqui são, portanto, no sentido de arquivar a história da formação do Brasil enquanto economia e sociedade. É então que, após os desenvolvimentos iniciados por Marx e seguidos por Engels, Lenin e outros, o ferramental marxista passa a ter grande influência no debate em geral. Ainda assim, os resultados da controvérsia não são claros, o que indica que existe uma necessidade científica de explicar os entraves para progresso nesta questão. Em todo paradigma existem dois elementos que obstruem a solução do problema: o teórico e o prático. Para explicitar esses dois componentes da controvérsia sobre a revolução burguesa no Brasil, é preciso separá-los com cuidado para verificar em que medida cada um é responsável pela obstrução do avanço da discussão.

Em relação à parte teórica, Nelson Werneck Sodré ([1989] 2010) destaca que, durante a consolidação do modo de produção do capital no mundo, diferentes estágios históricos coexistem dentro de um mesmo sistema internacional. Desse modo, enquanto na Europa a dissolução dos antigos feudos criava o Estado-nação moderno que iniciava o processo de acumulação original por meio das trocas com suas colônias, o escravismo servia justamente a essa mesma transformação. Afinal, houve ou não houve feudalismo no Brasil? Ou, mais especificamente, houve ou não houve um período em que as relações sociais de produção no Brasil eram regidas por parâmetros fora da relação mercadoria com forte lastro nos vínculos de tradição? Embora para alguns a pergunta pareça não fazer sentido, ela é relevante à medida que explicita o seguinte problema: a colônia, observada no contexto da economia internacional, já opera de forma subordinada à lógica da valorização. Isso leva, por exemplo, alguns autores a concluir que o Brasil é capitalista desde o momento em que integra a historiografia oficial no século XVI. Mas como pensar já no capitalismo aqui antes mesmo da Revolução Burguesa no centro?

Ao que parece, a tentativa de determinar com precisão qual modo de produção opera no Brasil pré-capitalista é uma tarefa inglória, devido ao fato dessas complicações que surgem quando a periferia é posta em relação com a dinâmica da economia mundial. Como sistemas econômicos novos e velhos agem conjuntamente sobre a formação econômica do Brasil, ou seja, como o já importante capital comercial das metrópoles e o trabalho escravo nas colônias incidem ao mesmo tempo sobre a economia brasileira, os historiadores encontram enormes dificuldades para definir abstratamente o modelo de transição para o modo de produção deste Estado.

É por esse motivo que, muito mais adequado do que buscar classificar a economia real em algum

modo de produção descrito apenas em teoria é tentar entender de que maneira a periferia se insere no processo de constituição de forças produtivas especificamente capitalistas no centro. Além disso, ao tornar mais simples a explicação da industrialização originária como a contrapartida da exploração colonial e da formação da periferia capitalista subdesenvolvida, o problema nuclear da controvérsia é evitado, pois não se faz mais necessário classificar os países de modo independente nesse ou naquele modo de produção.

Com efeito, o resultado atingido por séculos da expansão comercial mundial a partir das grandes navegações evoca uma análise já a partir de uma perspectiva global. Torna-se necessário assim, observar o modo de produção do capital e suas origens como se tratássemos de uma única sociedade, em outras palavras, de uma “humanidade socializada”, cuja construção é justamente uma das tarefas históricas do capital, como Marx argumentou. Portanto, para resolver a parte teórica da controvérsia, não se podem considerar os Estados isoladamente no contexto da generalização das relações mercantis, pois eles constituem um único sistema, que pode ser compreendido como a economia capitalista mundial⁶.

3. A análise de Sistema-Mundo e o capitalismo como forma de organização social global

A perspectiva sugerida implica que a análise deve ter a economia mundial como unidade básica de estudo, e não os Estados nacionais. Ora, essa proposta de solução teórica para a controvérsia sobre a revolução burguesa no Brasil se aproxima da interpretação histórica do capitalismo que foi desenvolvida, por exemplo, por Immanuel Wallerstein (1979)⁷.

A solução lógica para a controvérsia esboçada parece estar fortemente de acordo com os princípios da teoria do sistema-mundo, visto que aqui, o modo de produção capitalista só pode ser estudado como um sistema mundial que engloba, ao longo do tempo, todas as áreas com civilização. Os estudos de antropologia indicam que o mercado é uma instituição bastante antiga e que em diferentes épocas, teve uma participação maior ou menor na dinâmica socioeconômica das sociedades em diferentes pontos

6 A consideração de países separadamente, como modos de produção distintos parece advir da transposição da análise política para a econômica, devido ao fato de se tratar de diferentes Estados. Essa idéia pode ser explorada em outra ocasião para explicar os fundamentos da controvérsia em teoria.

7 Para uma introdução à Economia Política do moderno sistema mundial e as especificidades dos autores participantes da construção da teoria, ver Arienti e Filomeno (2007). Como a meta aqui não é fazer uma avaliação em história do pensamento, mas apontar que a corrente da teoria do sistema mundo em geral pode ser utilizada para criar clareza em um debate pontual, apontamos que as diferenças entre os autores não invalida o argumento de que a perspectiva mundial auxilia na solução do dilema sobre os modos de produção pré-capitalista no Brasil. O principal representante da escola no Brasil, em cuja obra nos apoiamos mais à frente, é Theotônio dos Santos, que, de acordo com Baptista Filho (2009) passa a fazer parte da corrente depois do declínio de popularidade da teoria da dependência durante os anos de neoliberalismo.

do globo. Por outro lado, sabe-se que as relações de comércio superaram os limites tradicionais em um momento específico que acabou levando posteriormente à primeira experiência de industrialização na Inglaterra. Esse nítido ponto geográfico e temporal, a Europa no final do século XV, marca o início do capitalismo como sistema-mundo para Wallerstein (2001). Desde então, a organização social do capital se expandiu de tal maneira a colocar todas as sociedades subjacentes em alinhamento com a dinâmica do modo de produção do capital.

Um dos mistérios em história é justamente o de explicar porque o movimento de expansão que culminou na conexão de toda humanidade teve início no continente Europeu e não na Ásia ou até mesmo em outros continentes que abrigaram antigas civilizações⁸. A questão, para que fique clara, não é resolvida ao se responder que foi na Europa que as relações de mercado se tornaram centrais de forma mais contundente, pois é preciso explicitar porque as relações mercantis também existentes em outras regiões não puderam se transformar em relações capitalistas. Arrighi (1994) explicita este problema ao analisar a dinâmica de impérios territoriais com a lógica de valorização do capital. Tal debate, que contrapõe a expansão de domínio sobre terrenos e a expansão de valor como núcleos lógicos de sistemas, é atualmente explorado por Harvey (2004) e constitui um tópico em aberto. O fundamental aqui é que as perguntas sobre o motivo pelo qual a expansão capitalista derradeira a todo globo tem início neste momento e neste local ficam expostas de modo direto por Arrighi (1994), que busca entender o mecanismo lógico de domínio territorial não-capitalista que todos os impérios também exercem.

Apesar de chegarmos à análise de sistemas-mundo utilizando o materialismo histórico para solucionar a controvérsia teórica sobre o início do capitalismo no Brasil, as duas aproximações são geralmente consideradas como estruturas teóricas distintas. De fato, quando se pretende detalhar as metodologias de análise, surgem algumas questões que podem interessar pesquisadores interessados na história das idéias. Ainda assim, para a questão aqui perseguida, as diferenças se tornam irrelevantes quando se estabelece que tanto a análise de sistemas-mundo quanto à concepção materialista da história compartilham a noção de que o capitalismo é uma forma de organização social global⁹.

Nas apresentações mais desenvolvidas encontradas em Wallerstein (2004), o sistema-mundo aparece como uma categoria abstrata cujas contrapartidas concretas em história podem ser subdivididas em sistemas-mundo do tipo economias-mundiais ou impérios-mundiais. O Império Romano e a Dinastia Han na China teriam sido exemplos desta segunda classificação. Wallerstein (2004) resume que “o sistema-mundo não é um sistema do mundo, mas um sistema que é um mundo, e que pode, como em geral

8 Concordamos com Wallerstein (2001) que a fase inicial do desenvolvimento do sistema-mundo contemporâneo ocupa o século XVI com as grandes navegações e com a descoberta do continente americano. Existem outros autores que escolhem outros momentos e espaços para ser a largada do desenvolvimento daquilo que virá ser o capitalismo, como Gunder Frank e Gills (1999) que acham que o sistema-mundo com centro na China e com ocupação na Ásia, Europa e África pode ser posto em ligação com o sistema global de hoje.

9 Para uma crítica à teoria do sistema-mundo a partir de uma posição contrário ao marxismo, ver Savchenko (2007), que refuta a análise de Wallerstein por considerá-lo muito próximo à teoria de Marx. Aqui, adotamos a posição contrária, e apoiamos a teoria do sistema-mundo justamente por ela se aproximar do materialismo histórico. Para que nossa posição não fique ambígua, vemos que o materialismo histórico é uma classificação mais abrangente do método de pesquisa, na qual a teoria do sistema mundo precisa se encaixar.

foi, estar localizado em uma área menor do que a de todo o globo”¹⁰. Isso significa que o capitalismo é um dos sistemas-mundo da história e que tem uma característica peculiar: é um sistema que de fato se estendeu por todo o planeta. Ao que parece, os esforços da análise de sistemas-mundo parecem se centrar na catalogação e descrição dos diversos sistemas que existiram no passado, que estão hoje presentes e que poderão nascer no futuro ¹¹.

Nesse sentido, Wallerstein (2001) argumenta que o capitalismo encontra sua especificidade enquanto sistema-mundo no fato de que seu objetivo econômico é a acumulação incessante de capital, ainda que essa característica possa ter aparecido marginalmente em outros sistemas:

Capitalismo histórico é o lócus concreto (...) de atividades produtivas cujo objetivo econômico tem sido a acumulação incessante de capital; esta acumulação é a “lei” que tem governado a atividade econômica fundamental, ou tem prevalecido nela. (...) É o sistema social em que o alcance dessas regras (a lei do valor) se ampliou cada vez mais. (Wallerstein (2001), p. 18)

Já o materialismo histórico, ao invés de tentar classificar as diversas civilizações enquanto sistemas econômicos, políticos e sociais, objetiva algo mais abstrato e menos descritivo. O foco aqui seria descobrir de que forma se dá a mudança de um sistema para outro e por qual razão cada sistema-mundo (ou melhor, cada modo de produção) teria as características que tem. De toda forma, aqui também o capitalismo (ou o modo de produção do capital, para usar a terminologia mais apropriada para essa metodologia) é a primeira forma de organização social que abarcou todos os continentes da Terra.

As relações entre as duas metodologias são parcialmente exploradas pela exposição de Samir Amin sobre a lei do valor e o materialismo histórico. Amin ([1977] 1981) defende que o materialismo histórico abarca o estudo de diversos componentes, entre eles o das leis econômicas. Aqui, existiriam apenas duas subcategorias, as leis pré-capitalistas e as leis capitalistas. Amin ([1977] 1981) argumenta que em termos estritos, as leis econômicas só existem no capitalismo, e que elas são dirigidas em última instância pela lei do valor. É possível buscar o sentido dessa posição nos desenvolvimentos originais da metodologia utilizada por Marx para descrever o modo de produção capitalista, ainda que alguns argumentem que existe forte discrepância no uso do materialismo histórico nessa questão. A fundamentação das leis econômicas a esta única lei remonta à interpretação histórica do *Capital* posta à frente por Engels ([1895/96] 1986) e que parece ter sido mais incorporada por Gunder Frank e Gills (1999)¹². O debate sobre a origem his-

10 Citação original: “A world-system is not the system of the world, but a system that is a world and which can be, most often has been, located in an area less than the entire globe.” Wallerstein (2004).

11 Essa atividade parece ter grande potencial de fornecer dados precisos sobre as inter-relações entre as economias reais em épocas determinadas, como ilustram Lima (2007) e Vieira (2010).

12 Para Engels ([1895/96] 1986) “A lei do valor de Marx tem (...) validade econômica geral para um período que dura desde os primórdios da troca que transforma os produtos em mercadorias até o século XV de nossa era. A troca de mercadorias data, porém, de uma época anterior a toda História escrita, que remonta, no Egito, a pelo menos 3500, talvez 5000 anos, na Babilônia, a 4000 e talvez 6000 anos, antes de nossa era; a lei do valor vigorou (...) durante um período de cinco a sete milênios.” (Engels ([1895/96] 1986), p. 328). Sobre a controvérsia da leitura histórica e lógica do *Capital* ver Nordahl (1982) e Weeks (2010), que aborda com cuidado as diferenças entre Marx e Engels neste ponto.

tórica da lei do valor e seu desenvolvimento ocupa um espaço importante na análise os sistemas-mundo que busca desvendar a gênese do sistema contemporâneo, ou seja, do capitalismo. Fica evidente assim a forte conexão da perspectiva analítica de sistemas-mundo com o método de estudo marxista da história.

Com isso em mente e, de volta ao embate sobre a revolução burguesa no Brasil, nota-se que a análise de sistemas-mundo pode ser usada como forma de aperfeiçoar o tratamento dado à controvérsia sobre a ascensão do capitalismo no país. Em particular, a relação centro-periferia pode ficar mais nítida quando se destaca as diferenças de foco dado às sociedades locais e ao sistema mundial.

Em sua síntese do debate no Brasil, Cardoso (1980) enfatiza que os estudos sobre as colônias na América Latina enfrentam um dilema: ou a concentração é na sociedade local, periférica; ou no sistema econômico mundial, ou seja, na dinâmica determinada pelo centro. Mas, apesar de indicar corretamente no que consiste o problema metodológico, Cardoso (1980) opta pela primeira alternativa e se afasta assim dos esforços de construção de uma análise mundial. O distanciamento da análise do sistema-mundo parece existir devido à grande dificuldade de se demonstrar exatamente de que modo a extração do excedente da periferia para o centro se deu. Não que isso não seja um resultado claramente observável, pois na verdade, é difícil contestar empiricamente que a formação do centro e da periferia capitalista foi justamente o resultado de um processo de acumulação em que os dois pólos cumpriam funções próprias para esse fim. Ocorre que teoricamente, se adotamos a visão global, as especificidades locais se perdem, ainda que a lógica totalizante seja contemplada plenamente. A solução para o dilema precisa por isso contemplar os dois lados: as características locais e sua inserção na lógica do sistema-mundo a que pertence. É, por isso, uma questão de alojar adequadamente a sociedade em questão na configuração social mais ampla.

O mesmo problema é apontado por Ianni (1980) em sua tentativa de explicar o trabalho escravo no Brasil e sua relação com o sistema capitalista. Resumidamente, toda controvérsia emerge porque não há consenso sobre as categorias “modo de produção” e “formação social”, de tal modo que a gênese e a própria definição do capitalismo pode variar de autor para autor. Por outro lado, Ianni (1980) se aproxima da perspectiva da análise do sistema-mundo ao afirmar que “de qualquer maneira, desde o princípio as sociedades do Novo Mundo estão atadas à economia mundial: primeiro à mercantilista e depois à capitalista” (Ianni (1980), p. 162). Nesse sentido, a consolidação da economia capitalista avançada colocava as contradições de coexistência entre trabalho assalariado e trabalho escravo em situação de fragilidade, e que acabavam se resolvendo pela conversão desta segunda forma para a primeira nas áreas periféricas, à medida que o avanço do capital sobre as áreas periféricas forçava a constituição de “trabalhadores livres”. Isso ajuda a ilustrar o argumento aqui apresentado de que, para compreender a revolução burguesa no Brasil, é necessário estar a todo o momento atento ao movimento da economia mundial, tanto no âmbito econômico como no político.

Podemos ainda utilizar a análise de Amin (1976) sobre a formação da periferia capitalista para nos aproximarmos do caso específico da formação do capitalismo brasileiro. A tese defendida por Amin (1976), inclusive, vem reaparecendo nas análises de economia política internacional. É a de que o centro do novo sistema-mundo emerge da periferia do sistema-mundo antigo. Este raciocínio é notoriamente similar à noção de desenvolvimento desigual e combinado como fundamento da dinâmica da história mundial. De forma resumida, Samir Amin vai contra a idéia difundida dentro do marxismo ortodoxo de que a nova sociedade começa a se desenvolver no centro do atual sistema-mundo e dá dois exemplos que sustentam sua posição: o fato de o capitalismo ter se originado na periferia dos sistemas-mundo

anteriores e a observação de que o desenvolvimento dos países emergentes pode abrir possibilidades de movimentos sociais com força para encontrar uma alternativa ao capitalismo.

Na classificação dos modos de produção de Amin (1976), a configuração social mais corrente que abarca todas as formações pré-capitalistas, é chamada de “modo de produção tributário”. Esta categoria se subdivide em outras duas: as formas precoces e as formas evoluídas, que caracterizavam as grandes civilizações como Egito, China e Índia. Sua idéia fundamental é a de que foi a partir de um dos pontos pertencentes à periferia do sistema antecedente que o capitalismo pôde se desenvolver. Dessa maneira, o centro do novo sistema-mundo emergiu da periferia do antigo. Amin (1976) enfatiza que é necessário observar tanto o centro como a periferia como sendo dois elementos de uma mesma unidade, e não como duas entidades independentes:

O centro e a periferia pertencem ao mesmo sistema. Para dar conta deste conjunto de fenômenos interligados, não é necessário raciocinar em termos de nações, como se estas constituíssem conjuntos autônomos, mas em termos de sistema mundial (de quadro mundial da luta de classes). (Amin (1976), p. 308)

A idéia de uma suposta independência é na verdade a base das teorias de desenvolvimento do mainstream que não reconhecem os laços de dependência constituídos durante a era colonial. Por isso, não é de surpreender que a temática da dependência tratada em consonância com a perspectiva mundial, eixo central da análise dos sistemas-mundo, é tratada sistematicamente por Theotonio dos Santos¹³.

A estrutura da dependência de acordo com Santos (1970) é o resultado do processo mundial que segue a lógica capitalista. Em oposição às análises que interpretam o subdesenvolvimento como uma “falha” dos países periféricos em mimetizar os padrões avançados de produção do centro, Theotonio dos Santos enfatiza que a polarização entre países dominantes, que atingem expansão auto-sustentável, e nações dependentes, cuja expansão é meramente um reflexo do que ocorre no centro, é o produto conizante com o movimento do próprio capitalismo. Uma das preocupações deste artigo de 1970 é justamente o de mostrar que a dependência, antes de ser uma característica estranha ao sistema global, é parte integrante do processo normal do desenvolvimento capitalista. Neste sentido, a categoria “dependência” só ganha sentido quando o país particular periférico é posto no contexto da economia mundial.

Com base nessa perspectiva, fica claro que entre centro e periferia existem relações muito peculiares, às quais se podem caracterizar como “desiguais” e “combinadas”. Resumidamente, a diferença de função no sistema mundial somada com a transferência de excedente da periferia para o centro cria o desenvolvimento combinado de duas partes estruturalmente distintas. Disso resulta uma limitação ao desenvolvimento interno dos países periféricos no sentido econômico, social e cultural. As relações internacionais esboçadas por Santos (1970) podem ser classificadas em três características gerais que correspondem a períodos específicos da formação econômica do capitalismo e que salientam a perspectiva do funcionamento de um sistema mundial enquanto condicionante das relações internas aos países da periferia. Assim, a dependência passou da forma colonial para a dependência financeiro-industrial que se

13 Sobre o movimento de Theotonio dos Santos da teoria da dependência para a análise dos sistemas-mundo, ver Baptista Filho (2009).

consolidou no final do século XIX. A nova forma de dependência é chamada por Theotonio dos Santos de “dependência tecnológico-industrial”, e teve início a partir do pós-guerra, quando as grandes corporações multinacionais passaram a ser o centro dinâmico da economia.

Em todas essas formas, Santos (1970) deixa claro que a configuração das relações internacionais limitam estruturalmente o desenvolvimento da periferia, por meio da manutenção de setores tradicionais e da dependência de divisas estrangeiras para investimento interno. Portanto,

(...) vemos que o suposto atraso dessas economias não se deve a uma falha de integração com o capitalismo, mas que, pelo contrário, os mais poderosos obstáculos ao seu pleno desenvolvimento provêm da maneira como estão inseridos nesse sistema internacional e a suas leis de desenvolvimento. (Santos (1970), p. 235)

Assim, a compreensão do subdesenvolvimento deve se apoiar na análise da economia mundial composta por economias nacionais cujas inter-relações obedecem leis de desenvolvimento específicas ao sistema capitalista global. O Brasil e sua transformação em economia capitalista podem assim ser estudados a partir do movimento geral do capital em nível mundial sem que se percam as particularidades locais em questão. Como isso ocorre? A controvérsia sobre os modos de produção no Brasil gira em torno de determinar qual a forma prevalecente de organização social neste território. Mas, na visão abrangente do sistema-mundo capitalista, a classificação de uma economia nacional está diretamente subordinada à lógica que domina a economia mundial como um todo.

Por isso, o foco passa a ser na descoberta dos mecanismos concretos que causam o subdesenvolvimento capitalista, e não na categorização em modos de produção. Em outras palavras, o conceito de modo de produção e sua classificação só fazem sentido para sistemas-mundo, não para economias locais que constituem esse sistema. Nesse sentido, pode-se afirmar que o debate sobre a revolução capitalista no Brasil encontra suporte teórico sólido na vertente analítica de sistemas-mundo.

4. A controvérsia enquanto questão política e os limites da análise de Sistemas-Mundo

Entretanto, a controvérsia sobre os modos de produção e a ascensão do capitalismo no Brasil não é simplesmente uma questão formal ou apenas de interesse acadêmico. De fato, sua persistência ocorre devido ao vínculo político que engendra, e não às dificuldades de descrição histórica do processo de consolidação do capitalismo no país. Nesse sentido, a discussão, muito mais do que restrita a um aspecto particular da compreensão da formação do Brasil capitalista, é na verdade uma das ramificações do problema básico explicitado originalmente por Luxemburg ([1900] 1986), qual seja, o da relação dialética entre reforma e revolução.

Por isso, na análise de Nelson Werneck Sodré, a controvérsia é derivada de posições políticas diferentes que explicitariam uma disputa sobre táticas de revolução. A idéia é a de que, conforme a burguesia

conquista os espaços do Estado brasileiro, os comunistas locais se vêem no seguinte dilema: apoiar integralmente os burgueses para assegurar a formação do capitalismo ou arriscar um avanço mais ousado para uma transição para o Estado dos trabalhadores? Sodré ([1989] 2010) mantém essa análise política todo tempo, de tal modo que a caracterização econômica, apesar de também presente, se torna apenas mais um aspecto da avaliação. Quanto a isso, Sodré ([1989] 2010) argumenta que é preciso pensar na transformação da colônia escravista em uma economia servil, para que as relações de servidão possam ser combatidas com nitidez pelos ativistas políticos. A interpretação de que no Brasil já existiria capitalismo desde o início inibi a ação de eliminação total das relações senhoris porque confunde o movimento político: em uma economia como a brasileira, existe o risco das relações típicas da colônia sobreviverem às transformações econômicas que formam as estruturas capitalistas locais. Por isso, Sodré dá grande importância em acabar com as relações de domínio extra-mercado, de tal forma que sua interpretação econômica fica condicionada a esse plano de ação política.

A defesa de que no Brasil há a passagem do escravismo para o feudalismo e deste para o capitalismo, não quer dizer que os modos produção sejam iguais aos encontrados no centro, pois as especificidades históricas do Brasil inserido na economia mundial precisam ser consideradas. O fundamental seria ter sempre em mente que as relações sociais de tradição marcaram a sociedade brasileira profundamente, ainda que sua inserção no sistema mundial já esteja em conformidade com a lógica do capital desde o início. Os vínculos de tradição e servidão permanecem após a ascensão do mercado no Brasil e podem ser facilmente encontrados nos dias de hoje, na figura de agregados e trabalhadores domésticos sem carteira com forte dependência interpessoal em relação ao domicílio empregador. Essa é apenas outra forma de averiguar como a estrutura social pré-capitalista perdura como o produto da revolução burguesa incompleta.

Como exposto, a passagem do Brasil para o capitalismo, ou melhor, o crescimento das relações sociais determinadas diretamente pelo trabalho assalariado ocorre de modo bastante conservador em oposição ao episódio clássico, revolucionário. Isso faz com que os padrões antecedentes às formas de organização requeridas pelo mercado de trabalho tenham um alto grau de determinação sobre o Brasil contemporâneo. Pela análise de Sodré ([1989] 2010), a burguesia brasileira é em parte responsável por isto, pois ela deixou várias tarefas de lado, como a efetiva abolição das relações sociais de senhoria. Como a revolução burguesa no Brasil é realizada tardiamente, nas primeiras décadas do século XX, surge um dilema que impede a classe capitalista de se associar com os trabalhadores na corrente de avanço da história. À sua esquerda, os burgueses encontram o nascente proletariado e as alternativas de industrialização, em sua direita, estão os proprietários de terra que buscam manter os privilégios e vantagens individuais a partir de uma economia tipicamente colonial. A burguesia se encontra entre duas forças opostas que expressam a contradição básica de formação de relações sociais de produção interna especificamente capitalista. Mas aqui o imbróglio:

Nos países centrais, a nascente classe capitalista contou de forma inequívoca com a nascente classe dos trabalhadores assalariados para superar o domínio da classe dos senhores de terra. Mas, estabelecida essa vitória inicial da burguesia simbolizada na Revolução Francesa de 1789, todo esforço da nova classe dirigente é voltado para segurar o avanço da revolução no estágio capitalista, ou seja, impedi-lo de proceder para formas de Estado desejadas pelos trabalhadores. É preciso compreender o processo de transição entre modos de produção como uma seqüência conduzida ativamente pelo movimento político revolucionário, e que o momento de transição cessa quando um cenário de relativa estabilidade entre as

classes é constituído. Assim, não podemos esquecer que o movimento de mudança social continua após a revolução burguesa, só que, inicialmente de modo despercebido. Nesse sentido, não é inadequado afirmar que já no século XIX o processo de mudança coloca a classe trabalhadora como condutora principal do movimento contra a classe capitalista, agora conservadora. Esse é o sentido do que Nelson Werneck Sodré diz quando afirma que “no fim do século XX, a república assinala um avanço burguês na vertente mais conservadora” (Sodré ([1989] 2010)).

Conseqüentemente, se na Europa a burguesia ascendia com o suporte maciço da base da sociedade, na periferia a consolidação da burguesia como classe dominante já entra em conflito com a força desta mesma base, devido ao avanço de poder da classe trabalhadora assalariada sobre o Estado. Aqui se percebe como é necessário analisar o histórico de desenvolvimento do modo de produção capitalista a partir de uma visão que abranja todos os países. Somente assim é possível encaixar os eventos locais na história geral e depreender corretamente a luta de classes em nível mundial. Este esforço está em total conformidade com o estudo de economia política baseado na análise de sistemas-mundo. Por quê? A unidade do sistema obriga a vinculação não apenas econômica entre as nações, mas também política.

Além disso, é nítido que a análise de Sistema-Mundo converge para a aceitação do desenvolvimento desigual e combinado como indicado por Lenin em sua avaliação da conjuntura internacional que deslocou a ponta da Revolução Socialista da Europa Ocidental para a Rússia e desenvolvido teoricamente por Trotsky ([1930] 2007). Isto implica num corte muito mais profundo com as vertentes críticas de reforma do capitalismo: a análise de Sistema-Mundo fica neste ponto a um passo de romper com toda a tradição revisionista da Social Democracia Alemã para entrar de vez na estratégia revolucionária permanente de uso consciente das janelas históricas rumo ao socialismo. No caso brasileiro, este aporte ampara aqueles que identificam em toda luta pontual e local anti-imperialista (incluindo o imperialismo brasileiro) uma genuína força anticapitalista cuja associação com a classe trabalhadora assalariada brasileira será crucial para o avanço do socialismo no país.

Para entender por qual motivo a disputa sobre a transformação capitalista no Brasil está lastreada à disputa política, é imprescindível observar os conflitos que existem em regiões distintas do globo, mas que estão em conexão. O argumento aqui apresentado se assenta na idéia de que a luta de classes nas regiões capitalisticamente mais avançadas está em um nível mais maduro de desenvolvimento, o que acaba tornando a revolução burguesa tardia uma transformação social conservadora. Portanto, além de admitir que as condições técnicas na periferia contribuem para dar um caráter contraditório à formação do capitalismo no Brasil, há de se ressaltar que as disputas políticas no centro estão colocando as elites da periferia em alerta em relação às transformações sociais que vão em direção ao fortalecimento e unificação do proletariado. É isso que criaria a dualidade característica da revolução burguesa no Brasil.

De forma semelhante, Oliveira (1981) enfatiza a luta de classes como explicação para a decadência da economia de base agrária e para a transição ao modo de produção especificamente capitalista. Este enfoque guarda também uma crítica à perspectiva cepalina tal como esta se difundiu, pois aqui o foco é na oposição entre classes sociais, não entre nações. O argumento é o de que, adotando-se uma interpretação de dicotomia entre economias desenvolvidas e subdesenvolvidas, uma perspectiva contemplativa dominaria a análise. Além disso, tal noção abriria espaço para enxergar a contradição entre o passado arcaico e o futuro industrial como um aspecto de “falha” do processo de desenvolvimento da periferia, quando na verdade esse é o modo normal de configuração de relações capitalistas nos países de industrialização retardatária.

5. Convite para proposições práticas de acordo com a lei do desenvolvimento desigual e combinado

A ênfase na luta entre as classes, tanto em sua composição interna a uma nação quanto em seu aspecto internacional, torna claro que o debate sobre os modos de produção no Brasil no fundo baliza e sustenta estratégias distintas de mudança social. Aqueles que argumentam que houve uma estrutura social de tradição enfatizam a importância de eliminá-las por completo, enquanto aqueles que acreditam que o capitalismo já era presente no Brasil tendem a dar pouca atenção para os esforços de destruição dos laços de dominação baseados em mecanismos de coerção fora do mercado. Como estes últimos mecanismos parecem ser ainda fortemente presentes na contemporaneidade, pode-se inferir que a primeira posição não teve sucesso em pôr um fim definitivo àquela estrutura social de controle do tipo senhor-servo, no que resultou uma sociedade que mistura o moderno com o velho. Foi assim que uma revolução sem avanço foi possível durante a transformação do Brasil em economia industrializada.

As análises das lutas políticas durante a transição da Primeira República para a Era Vargas indicam de fato que os acontecimentos no Brasil estavam fortemente ligados à dinâmica política do centro. A tentativa de revolução em 1935, por exemplo, que ficou conhecida na historiografia oficial como Intentona Comunista, foi um episódio que deixou nítido como o proletariado brasileiro estava alheio à condução do movimento, como endossa o estudo de Cavalcanti (2010). Isso nos permite concluir que existe um fator determinante estrangeiro muito forte no cenário político e que, da mesma maneira que o modo de produção capitalista só pode ser pensado em termos mundiais, também a luta de classes da era capitalista¹⁴.

Então, ainda que seja possível resolver o problema sobre o modo de produção no Brasil de forma abstrata com o auxílio do instrumental analítico de sistemas-mundo, e até descrever adequadamente de que modo o movimento político interno se insere na lógica da luta de classes em nível mundial, a determinação inequívoca da situação brasileira permanece, pois ela mesma está dentro de um processo em mudança. A descrição do patamar de luta de classes em certo ponto em relação ao sistema mundo é o último estágio antes da elaboração de um plano de ação para influir sobre este processo na direção política escolhida.

É nesse sentido que, apesar da análise dos sistemas-mundo contribuir para solucionar teoricamente a controvérsia sobre a revolução burguesa no Brasil, o debate prossegue no nível prático visto que as posições intelectuais são usadas para sustentar estratégias políticas diferentes de transformação social. Isso significa que, se a meta for abarcar tanto o lado teórico quanto prático da questão, ou seja, tanto a compreensão quanto a transformação do Brasil, a aproximação hoje conhecida como análise dos sistemas-mundo precisa, mais do que manter seu rigor metodológico de estudo e descrição, avançar para áreas de proposições políticas para poder participar de trocas de experiências de práxis revolucionária. Caso isto ocorra, os autores desta vertente metodológica poderão somar forças àqueles que atualmente elaboram e debatem as estratégias políticas verdadeiramente revolucionárias para o Brasil que ainda sofre com as limitadíssimas promessas do (neo)desenvolvimentismo.

14 Sobre o movimento político da classe trabalhadora no Brasil, ver ainda Giannotti (2007) e Gorender (1987).

REFERÊNCIAS

- AMIN, Samir ([1977] 1981). **La ley del valor y el materialismo histórico**. México: Fondo de Cultura Económica.
- AMIN, Samir (1976). **O Desenvolvimento Desigual: ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico**. Rio de Janeiro: Forense – Universitária.
- ARIENTI, W. L. e Filomeno, F. A. (2007). **Economia política do moderno sistema mundial: as contribuições de Wallerstein, Braudel e Arrighi**. Ensaios FEE, Porto Alegre, vol. 28, no. 1, pp. 99-126.
- ARRIGHI, Giovanni (1994). **The Long Twentieth Century: Money, Power and the Origins of Our Times**. London and New York: Verso.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz (2005). **Aspectos feudais da colonização no Brasil**. Revista Espaço Acadêmico, no. 52, setembro 2005.
- BAPTISTA Filho, Almir Cezar de Carvalho (2009). **Dinâmica, Determinações e Sistema Mundial no Desenvolvimento do Capitalismo nos Termos de Theotonio dos Santos: da Teoria da Dependência à Teoria dos Sistemas-mundo**. Dissertação de Mestrado. Uberlândia: IEUFU. Disponível em http://www.ie.ufu.br/mestrado/ie_dissertacoes/2009/10.pdf
- BRESSER-PEREIRA, L. C. (1982). **Seis interpretações sobre o Brasil**. Dados - Revista de Ciências Sociais, vol. 25, no. 3, pp. 269-306.
- CARDOSO, Ciro Flamarion (1980). **As concepções acerca do “sistema econômico mundial” e do “antigo sistema colonial”: a preocupação excessiva com a “extração de excedente”**. In: LAPA, José Roberto do Amaral (Org.) (1980). **Modos de Produção e Realidade Brasileira**. Petrópolis: Vozes.
- CAVALCANTI, Bartolomeu (2010). **A Revolução Frustrada: o levante comunista de 1935 em Pernambuco**. Revista Ararobá: Pesquisa, Ensaios e Críticas Literárias. Ano 4, no. 4. Disponível em: <http://isepnet.com.br/site/revista/> [03/02/2011]
- COSTA, Emília Viotti da (1978) **A revolução burguesa no Brasil**. In: FÉLIX, Moacir et al. **Encontros com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- ENGELS, F. ([1895/96] 1986). Suplemento ao Livro Terceiro de “**O Capital**”. In: MARX, K ([1894] 1986). **O Capital. Livro Terceiro**. São Paulo: Nova Cultural.
- FERNANDES, Florestan (2006). **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. São Paulo: Globo.
- FIGUEIREDO, José Ricardo (2004). **Modos de ver a Produção do Brasil**. São Paulo: Educ, Campinas, SP: Editora Autores Associados.
- FURTADO, Celso (2001). **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- GIANNOTTI, Vito (2007). **História das Lutas dos Trabalhadores no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X.
- GORENDER, Jacob (1987) **Combate nas trevas: a esquerda brasileira das ilusões perdidas a luta armada**. São Paulo: Ática, 1987.
- GUNDER Frank, André (1967). **Capitalism and Underdevelopment in Latin America**. New York: Monthly Review Press.
- GUNDER Frank, André e GILLS, Barry K. (1999). **The 5000-Year World System: An interdisciplinary**

- introduction.** In: GUNDER Frank, Andre e GILLS, Barry K. (Orgs.) (1999). **The World System: Five hundred years or five thousand?** New York: Routledge.
- HARVEY, D. (2004). **O Novo Imperialismo.** São Paulo: Edições Loyola.
- IANNI, Octavio. (1980). **Aspectos da Formação Social Escravista.** In: LAPA, José Roberto do Amaral (Org.) (1980). **Modos de Produção e Realidade Brasileira.** Petrópolis: Vozes.
- LIMA, P. G. (2007). **Posicionamento no sistema mundial e semiperiferia.** Textos de Economia, Florianópolis, vol. 10, no. 2, pp. 58-85.
- LUXEMBURG, R. ([1900] 1986). **Reform or Revolution.** London: **Militant Publications.** Disponível em: <http://www.marxists.org/archive/luxemburg/1900/reform-revolution/index.htm>
- MARX, Karl ([1859] 1971). **Vorwort Zur Kritik der Politischen Ökonomie.** In: MARX, Karl/ENGELS, Friedrich Werke Band 13, Berlin, DDR: Dietz Verlag.
- NORDAHL, Richard (1984). **Marx on the use of history in the analysis of capitalism.** History of Political Economy, vol. 14, no. 3, pp. 342-365.
- OLIVEIRA, Francisco (1981). **A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista.** Petrópolis: Vozes.
- PRADO JR, Caio ([1945] 1979). **Prefácio.** In: Moreira Lima, Lourenço ([1934] 1979). **A Coluna Prestes (Marchas e Combates).** São Paulo: Editora Alfa-Omega
- SANTOS, Theotonio dos (1970). **The Structure of Dependence.** American Economic Review, vol. 60, no. 2: 231-236.
- SAVCHENKO, Andrew (2007). **Constructing a World Fit for Marxism: Utopia and Utopistics of Professor Wallerstein.** American Journal of Economics and Sociology, vol. 66, no. 5, 1033-1052.
- SODRÉ, Nelson Werneck ([1989] 2010). **Capitalismo e Revolução Burguesa no Brasil.** In: SODRÉ, O. (Org.) **Desenvolvimento Brasileiro e Luta pela Cultura Nacional.** Ipea.
- TROTSKY, L. ([1930] 2007). **História da Revolução Russa.** São Paulo: Sundermann.
- VIEIRA, P. A. (2010). **A inserção do “Brasil” nos quadros da economia-mundo capitalista no período 1550-c.1800: uma tentativa de demonstração empírica através da cadeia mercantil do açúcar.** Economia e Sociedade, Campinas, vol. 19, no. 3(40), pp. 499-527.
- VOIGT, M. R. (2007). **A Análise dos Sistemas-Mundo e a Política Internacional: Uma abordagem alternativa das Teorias das Relações Internacionais.** Textos de Economia, Florianópolis, vol. 10, no. 2, pp. 101-118.
- WALLERSTEIN, I. (2004). **World-System Analysis.** In: MODELSKI, George (Org.). **World System History.** Encyclopedia of Life Support Systems (EOLSS). Oxford, UK: Eolss Publishers. Disponível em <http://www.uop.edu.jo/download/PdfCourses/SA/E6-94-01.pdf>.
- WALLERSTEIN, Immanuel (1979). **The Capitalist World-Economy.** Cambridge: Cambridge University Press.
- WALLERSTEIN, Immanuel (2001). **Capitalismo Histórico e Civilização Capitalista.** Rio de Janeiro: Contraponto.
- WEEKS, John (2010). **Capital, Exploitation and Economic Crisis.** London and New York: Routledge.